ECOS
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

ATA DA 295ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de 2019 (dois mil e dezenove), terça-feira, às 09h30min, na sala de reuniões da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - ECOS, situada na Rua Torquato Bahia, nº 03, 2.º andar, Comércio, Salvador, Bahia, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal Gileno Neri Afonso, José Eduardo Oliveira de Andrade e Cláudia Carvalho Calmon de Sá, para, na forma do que preceitua o inciso I, do artigo 52 do Estatuto, deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1) Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho; 2) Parecer sobre as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao Exercício 2018 (Balanço); 3) Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Fevereiro/2019; 4) O que ocorrer.** Presentes à reunião os Suplentes Fernando Guilherme Correia Santos e Jussara Andrade de Assis, além da Diretora Presidente e de Seguridade Jussara Carvalho Salustino e do Diretor Administrativo/Financeiro Tiago Novaes Villas-Bôas. Para secretariar a reunião, foi convidado o advogado Marcelo Braga de Andrade. Aberta a reunião pelo Presidente Gileno Neri Afonso, passou-se à deliberação da Ordem do Dia, com os seguintes resultados: Item **1) Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho** – Depois de lida e reputada conforme, a ata da 294ª Reunião Ordinária deste Conselho, ocorrida em 26/02/2019 foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes àquela reunião. Item **2) Parecer sobre as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao Exercício 2018 (Balanço) –** Os Conselheiros registraram que, após analisarem as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2018, acompanhada dos Pareceres dos Auditores Independentes e da Consultoria Atuarial, recebidas na Reunião Ordinária de 26/02/2019, foi aprovada a Prestação de Contas do Exercício 2018 em 08/03/2019, ocasião em que foi emitido o respectivo Parecer deste Conselho Fiscal. **3) Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Fevereiro/2019 –** A Contadora Cinara Ventura apresentou os relatórios contábeis referentes aos Balancetes do mês Fevereiro/2019 dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e os resultados foram os seguintes: 1. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (valores em R$mil) – Ativo Total do Plano BD: R$ 894.017 Resultado do mês de Fevereiro/2019: R$ 3.760 (negativo). O Equilíbrio Técnico acumulado foi de R$ 158.915; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo no valor de R$ 714.002, com acréscimo de R$ 3.403 (constituição). Em seguida, a Diretora Presidente destacou os principais aspectos referentes às movimentações das reservas, destacando que o ano iniciou com um elevado número de óbitos, apontando que o óbito que diminuiu a média de idade foi em decorrência de um acidente. 2 - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (valores em R$): Ativo Total do Plano CD: R$ 6.418.223; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo, em Fevereiro/2019, no valor de R$ 6.200.444, com acréscimo de R$ 26.699 (constituição). O quadro social não experimentou movimentações, encerrando o mês com 48 (quarenta e oito) participantes e 02 (dois) assistidos. 3 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA (valores em R$): Total do Ativo em Fevereiro/2019: R$ 755.569; Receitas no valor de R$ 517.491 e Despesas no valor de R$ 518.641 e o Fundo Administrativo com saldo no valor de R$ 168.659. O Coordenador Financeiro Sérgio Jesus apresentou alguns dos principais indicadores financeiros e a evolução da rentabilidade do patrimônio do 1 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO comparada com a meta atuarial que apresentou resultado de 0,93% em Fevereiro/2019, a TIR Bruta dos investimentos foi

de 0,65% nesse mesmo período. Seguiu, como de costume, com a comparação do comportamento do IPCA e IGPM nos últimos meses, destacando os percentuais do patrimônio investidos de acordo com cada um dos índices de correção. Apresentou Quadro de Rentabilidade dos Investimentos, com destaque para os investimentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados e Imóveis. Na Renda Fixa, Variável e nos Estruturados, destacou individualmente o resultado de cada fundo, sinalizando as razões de cada performance. Informou que no mês de fevereiro não houve movimentações relevantes dentre os seguimentos, assim como não houve modificações relevantes no comportamento dos ativos, exceto na Renda Variável, que experimentou forte queda, ressalvada a Carteira Própria, que por suas especificidades permaneceu ligeiramente acima do Ibovespa. O Conselheiro Eduardo Andrade perguntou se, diante destas oscilações na Renda Variável e do cenário político de recentes desentendimentos entre Executivo e Legislativo, o Diretor Financeiro e o Coordenador Financeiro acreditam que será factível aplicar em Bolsa, tendo o Coordenador informado que acredita que essa crise será superada e que, após isso, aplicar em Bolsa para ter um pouco mais de ganho será o caminho mais apropriado, tendo o Diretor Financeiro destacado que, além de Bolsa, Multimercado, Crédito Privado e Imobiliário podem ser bons caminhos também. No que diz respeito aos Imóveis, informou o Coordenador sobre a influência negativa do pagamento do IPTU no resultado e na TIR (Taxa Interna de Retorno). 2 – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, apresentou igualmente as alocações por segmento, explicitando as características de cada Fundo, destacando a composição e rentabilidade de cada um dos Novos Perfis de Investimentos, e concluiu informando que, no mês de Fevereiro/2019, a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa foi de 0,53% e o Segmento de Renda Variável apresentou rentabilidade negativa de 1,20%. Após os devidos esclarecimentos, o Conselho Fiscal aprovou os balancetes dos Planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD) bem como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) referentes ao mês de Fevereiro de 2019. **4) O que ocorrer. 4.1) Lei Geral de Proteção de Dados –** A Diretora Presidente e de Seguridade informou que a ECOS precisará promover adequações nas rotinas da Entidade em virtude da nova lei, que impõe uma série de responsabilidades às pessoas (físicas e jurídicas) que manipulam dados pessoais, e que neste mês a equipe participou de um treinamento da Uniabrapp em Salvador sobre o tema. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Braga de Andrade, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Salvador/BA, 26 de março de 2019.//////////////////////

Gileno Neri Afonso
Presidente

José Eduardo Oliveira de Andrade
Conselheiro

Cláudia Carvalho Calmon de Sá
Conselheira